



ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - PB

Autor: Ms. Adjefferson Vieira Alves da Silva
Secretaria de Educação - Prefeitura Municipal de João Pessoa

O presente trabalho consiste em um ensaio sobre a educação patrimonial e o ensino de História. Para tanto, tomou-se como base as ações desenvolvidas no ano de 2016 junto aos alunos da Escola Municipal Jornalista Raimundo Nonato, onde foi desenvolvido projeto de intervenção pedagógica com a temática “patrimônio cultural” no Vale do Gramame – região onde a escola está situada. Teoricamente o trabalho foi balizado pelos textos dos Estudos Culturais em educação, bem como de textos próprios a Historiografia. Metodologicamente colocou-se em cena o relato de experiência de campo e a partir do mesmo produziu-se reflexões teóricas sobre o ensino de história na perspectiva da educação patrimonial. Objetiva-se com o trabalho produzir considerações teórico-metodológicas que problematize o uso de projetos temáticos capaz de “traduzir” o conhecimento produzido academicamente para o cotidiano da sala de aula.

Palavras-chave: História, Ensino, Educação Patrimonial, Capoeira.

Práticas educativas pela via dos projetos interdisciplinares – relato de uma experiência

As pessoas guardam o que as toca, estas são palavras repetidas em várias oportunidades pelo teólogo, professor e grande pensador brasileiro Leonardo Boff em suas palestras e exposições públicas. A educação patrimonial tem estreitos laços com a afetividade. Foi nessa direção que no decorrer do ano de 2016 a Escola Jornalista Raimundo Nonato Batista, pertencente a rede municipal de ensino de João Pessoa, colocou em cena o projeto “Das margens do Gramame emergem espaços de memória: conhecendo e cuidando do nosso patrimônio”.

Uma ação interdisciplinar que objetivou integrar todos os turnos e seguimentos da escola - ensino fundamental I, II e EJA (Educação de Jovens e Adultos) – de modo a tornar conhecido os espaços de memória e as referências culturais que atravessam as comunidades que compõem o Vale do Gramame.

Naquele momento a proposta de intervenção pedagógica se justificava pela riqueza patrimonial – material, imaterial e natural – espalhada pelas 8 comunidades que juntas formam Vale do Gramame, a saber, Barra de Gramame, Mituaçu, Engenho Velho, Colinas do Sul I e II, Gervásio Maia, Conjunto Marinês, Sítio Novo. O Vale do Gramame é um grande caldeirão cultural, com espaços de memória e sociabilidades que merecia ser inventariados – pelos próprios alunos - a fim de levá-los ao conhecimento de todas as comunidades do Vale, suas memórias e paisagens, além de sua devida divulgação para além das fronteiras da escola e da comunidade em que se inserem.



A educação patrimonial emerge, nesse sentido, como uma prática de intervenção no seio da comunidade de modo que os espaços de memória, os referenciais esculturais e seus remanescentes possam ser preservados, salvaguardados e divulgados entre os moradores.

Foi tomando como eixo esta reflexão que o projeto de intervenção pedagógica produziu sua relevância, a medida em que uma cidade da importância de João Pessoa - antiga Cidade de Nossa Senhora das Neves (1585) - carrega consigo narrativas e memórias dignas de serem lembradas. Nessa direção, a construção das identidades culturais, a invenção de novas tradições e a manutenção de antigas constitui pedra fundamental para as gerações mais velhas, assim como elemento de pertença para as novas gerações.

Esse movimento é o jogo de construção e afirmação das identidades. A medida em que inventariavam os espaços de memórias de sua comunidade, os alunos construíam – ou não – narrativas de identificação com estes espaços. O material produzido constituiu uma forma de representação dos/pelos alunos e alunas, além de membros das comunidades locais e dos professores envolvidos sobre o patrimônio encontrado.

Para evidenciar esta movimentação geracional, os modos como cada uma delas construíam os significados de pertença ou distanciamento do espaços de memória visitados ao longo das ações do projeto foi lançado mão da metodologia do “Inventário Participativo”¹, de modo que as comunidades selecionadas pudessem atuar como protagonistas das decisões, daquilo que merecia ser lembrado e preservado, evidenciando seus laços de afeto com os espaços e lugares, bem como com as práticas, expressões e manifestações que delineiam o modo de ser e pensar o Vale do Gramame.

Por fim, cabe dizer que o projeto foi desenvolvido pautando-se o trabalho na intervenção interdisciplinar, de modo que as diversas disciplinas pudessem dialogar na construção de um ‘inventário’ que abarcasse todas as dimensões das expressões captadas a partir do direcionamento prévio traçado junto com os alunos, mesmo que o saber historiográfico e sua condição legitimadora nas reflexões produzidas oferecesse o norte do trabalho em campo e nas salas de aula juntamente com os alunos. Ações que evidenciaram sua relevância a medida em que os alunos puderam se envolver na construção do conhecimento de sua própria comunidade, na produção de uma forma de representação de si que evidenciar uma forma de pensar a identidade local (SILVA, 2013).

¹ Mais adiante detalhamos o conceito de Inventário Participativo e o modo como ele foi aplicado junto à comunidade escolar.



Ao término das ações foi possível construir um documento-monumento capaz de traçar os contornos do patrimônio cultural que compõe a identidade sociocultural do Vale do Gramame ou, para ser mais exato, das comunidades selecionadas – Colinas, Gervásio, Mituaçu - pelos alunos para serem inventariadas no primeiro ano do projeto.

O conhecimento historiográfico a serviço da educação patrimonial.

Por que pôr em ação projeto de intervenção que visava trabalhar com o patrimônio histórico-cultural da comunidade que cerca a escola? Mas, efetivamente, no que consiste patrimônio cultural? Qual a importância de desenvolver a produção de um *Inventário Participativo* nesse contexto de produção? Buscaremos responder de forma simples estas questões.

A Educação Patrimonial, segundo a perspectiva que adotamos no desenvolvimento da proposta de intervenção pedagógica, consiste em criar condições de possibilidade de aprendizagem sobre o processo cultural, bem como, os produtos, expressões e manifestações, que despertem nos educandos o interesse em conhecer e resolver questões significativas para si e para a comunidade. É importante evidenciar na educação patrimonial que não basta saber que um bem é considerado uma referência cultural de valor relevante. Se faz necessário tomar conhecimento do mesmo e torna-lo visível para os demais integrantes da sociedade. É preciso também descobrir e informar a todos que compõe a comunidade sobre as operações necessárias à preservação destas referências culturais.

Ao estudar sua própria comunidade o aluno entra em contato com referências sociais e culturais que o cerca cotidianamente e que muitas das vezes passam despercebidas pelos mesmos. Nesse sentido, as ações educativas postas em movimento criaram as condições para que os educandos pudessem investigar seu próprio espaço de vivência.

Alves e Figueiredo afirmam que “valorizar o patrimônio cultural que cerca o educando contribui para que ele reconheça sua identidade e exerça sua cidadania” (TOLENTINO, 2014:20), nessa direção acreditamos que o desenvolvimento de uma prática pedagógica que tome o patrimônio cultural da comunidade como pedra de toque possibilita aos atores envolvidos a construções de um conhecimento de si, ao mesmo passo que permite o desenvolvimento de uma consciência cidadã de preservação e valorização dos saberes, fazeres e espaços da comunidade.

Mas em que consiste o patrimônio de uma comunidade? Em texto publicado recentemente o Instituto do Patrimônio Histórico e



Artístico Nacional (IPHAN) afirma que o “patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações... são as referências que se quer transmitir às próximas gerações” (BRASIL, 2016: 07).

Esta vontade de transmitir rege as relações patrimoniais. Nesse sentido, a construção de um inventário do patrimônio cultural de uma comunidade permite identificar as variadas “referências culturais” que juntas constituem o patrimônio histórico, artístico, cultural e natural da localidade. As referências culturais podem ser definidas como:

“Edificações e paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas” (Idem, Ibidem, 08)

Foi seguindo esta premissa sobre as referências culturais que os atores envolvidos na execução do projeto buscaram inventariar. Mas, o que é um inventário? Seguindo o manual de inventários participativos do IPHAN “inventariar é um modo de pesquisar, coletar, e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor” (BRASIL, 2016:07). O bom andamento do ato de inventariar requer dos participantes um olhar voltado para as sociabilidades, para os espaços onde a vida da comunidade acontece, de modo que se possa identificar e registrar as referências culturais que formam o patrimônio da comunidade local.

Cabe dizer que o desenvolvimento da educação patrimonial apresenta-se como “um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania”. Nessa direção, a educação patrimonial “objetiva envolver a comunidade na gestão do patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem.” (IPHAN).

Por meio da educação patrimonial as relações de ensino e aprendizagem podem ser dinamizadas, rompendo as fronteiras do ambiente escolar e trazendo para o centro do processo de ensino-aprendizagem, e por conseguinte ao centro do currículo escolar, a própria comunidade. Nesse processo a comunidade se apropria dos lugares e espaços que constituem suas memórias, suas histórias, suas expressões e manifestações. É um verdadeiro processo de reencontro com o passado de si e a busca pela preservação desse contínuo cultural, no jogo de produção das identidades e afirmação das identidades não hegemônicas o projeto evidenciou a vontade de articulação e problematização de espaços cotidianos esquecidos/silenciados.



E, pois, na direção da problematização do silenciamento, bem como na vontade de articulação de áreas distintas, cuja “cultura” emerge como instância unificadora das discussões – apesar de ser ela mesma, a cultura, uma instância não unificada – que a ciência histórica oferta contribuições teórico-metodológicas fundamentais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de modo embasado nas transformações históricas, nos monumentos documentos – para usar uma expressão de Jacques Le Goff – bem como, na apropriação crítica da história oral e memória. Lucien Febvre já dizia nos idos de 1950:

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. *Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta das flores habituais [...]* Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE apud LE GOFF, 1992: 540)

O historiador francês Lucien Febvre nos permite um balizador metodológico fundamental para reflexão sobre o patrimônio histórico cultural de uma determinada comunidade. A História enquanto ciência do homem no tempo traz para si a capacidade de utilizar tudo que seja de fabricação humana para pensar o passado e as relações humanas.

Nessa direção, a Educação Patrimonial enquanto produtora de reflexões e ações que buscam identificar, registrar, preservar e divulgar os elementos constituinte da identidade cultural, dos produtos-meios e produtos-fins de determinada comunidade acaba por se aproximar dos princípios norteadores da produção historiográfica.

Desta forma, qualquer prática pedagógica que objetive uma reflexão sobre a educação patrimonial deve buscar suas bases iniciais na pesquisa histórica, em sua tradição de ‘documento-monumento’, ‘história oral e memória’.

Aliada a esta reflexão especificamente histórica sugere-se a utilização metodológica do “inventário participativo”, nos moldes como desenvolvido e apresentado no *Manual de Aplicação de Inventários Participativos* desenvolvido pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (2016).

De forma complementar ao inventário participativos pode ser levada em consideração (foi considerada nas ações do projeto de intervenção) a pesquisa-ação, haja vista enfatizar a solução de alguns problemas através de uma ação. De acordo com Thiollent (apud BOURSCHEIDT, 2007: 1), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social empírica, concebida em estreita relação com uma ação ou com a resolução



de um problema coletivo e nos quais os educadores e participantes representativos da situação/problema estão envolvidos de modo cooperativo e/ou participativo.

A capoeira enquanto patrimônio cultural imaterial e marcador de identidade em comunidades do Vale do Gramame

A capoeira construiu sua história em meio as ruas, quilombos², aos redutos humanos marginalizados do Brasil. Com o passar do tempo a capoeira foi compondo a paisagem de grandes centros urbanos, ocupando os espaços institucionais, como escolas, universidades, órgãos do governo, entidades internacionais.

Nas últimas décadas do século 20 a capoeira avançou sobre os 5 continentes, sendo praticada em mais de 150 países. A maior parte desta divulgação se deu por meio de ações dos capoeiristas (Mestres, Contramestres, Professores e iniciados em capoeira), isso sem financiamento ou suporte governamental.

Para muitos a capoeira apresenta-se como o maior divulgador da língua portuguesa e da cultura brasileira pelo mundo. A capoeira tem se constituído como elemento da brasilidade no imaginário social internacional. Mestre Jelon afirmou certa vez: “Nós somos os verdadeiros embaixadores do Brasil no exterior”.

No ano de 2008, a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - chegasse a este resultado o “reconhecimento se baseou em pesquisas desenvolvidas nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro - cujas capitais são consideradas, por estudiosos do assunto, como centros históricos da capoeira do século XIX” (BRAGA, SARMENTO & NÓBREGA, 2016).

A pesquisa identificou os principais elementos que constituem a Capoeira em seus contornos contemporâneos: 1. O conjunto de saberes transmitidos pelos mestres formados nas tradições da Capoeira e reconhecidos por suas comunidades; 2. A roda de Capoeira, forma de expressão que congrega todas as referências culturais da manifestação cultural.

Em terras paraibanas “há um consenso entre a maioria dos Mestres mais antigos” no Estado, sobretudo, os Mestres da região da Grande João Pessoa “de que a prática

² A comunidade Mituaçu situada no Vale do Gramame é uma remanescente quilombola

sistemizada da Capoeira na Paraíba ocorreu pelas mãos e pés do Mestre Zumbi Bahia” (BRAGA, SARMENTO & NÓBREGA, 2016).

Não se desconsidera a presença histórica da Capoeira em temporalidades mais recuadas, bem como em outros contextos espaciais da antiga província, hoje Estado da Paraíba. Mas, segundo os autores, acima citados, recentes registros historiográficos datam a década de 1970 do século XX como marco inicial da Capoeira paraibana.

Segundo Braga, Sarmiento e Nobrega (2016) “Adalberto Conceição, o Mestre Zumbi Bahia” organizou uma apresentação cultural com seu grupo ‘Filhos de Obá’ no ano de 1977 na capital paraibana. Após o espetáculo ‘Uma Noite na Bahia’, o Mestre foi convidado pelo historiador e folclorista Tenente Lucena para iniciar um trabalho educativo da Capoeira no SESC/João Pessoa. Um ano depois da referida apresentação, segundo estudo desenvolvido pela Contramestre e pesquisadora Malu, outro ‘evento’ articulado pelo mesmo Mestre Zumbi Bahia contribuiu para a divulgação da Capoeira na Paraíba.

O espetáculo ‘Berimbau de Ouro Show’ foi realizado na antiga Coordenação de Extensão Cultural/COEX, da Universidade Federal da Paraíba, e produziu um grande impacto no público presente. Capoeiristas como Pássaro Preto afirmam que logo após a realização do evento, cresceu o número de alunos nos primeiros cursos de Capoeira da capital e os convites para as apresentações em colégios e em festas (Idem, Ibidem:10).

O Mestre Zumbi Bahia foi um dos precursores do ensino e prática da Capoeira na Paraíba. E, até hoje, alunos iniciados no universo da capoeiragem pelo Mestre Zumbi Bahia e outros Mestres, Contramestres, professores e alunos de outras escolas de Capoeira lutam pela consolidação da Capoeira no Estado” (BRAGA, SARMENTO & NÓBREGA, 2016:11).



FOTOGRAFIA 1



I Fórum Capoeira PB. Foto: Acervo Iphan/PB. Embaixo, Grupo Capoeira Nagô do Mestre Baiano e o Graduado Jamayka, Conde/PB. Foto: Thiago Nozi

O 8º ano ‘B’ e a reflexão sobre Patrimônio Cultural Imaterial

Os alunos do 8º ano ‘B’, turno tarde, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista durante os meses de Agosto e Setembro de 2016 foram levados a refletirem sobre as múltiplas práticas culturais compreendidas como Patrimônio Cultural Imaterial da sociedade brasileira. Após questionário que buscou inventariar os conhecimentos dos alunos no tocante ao Patrimônio Cultural que os cerca, os alunos enquanto indivíduos produtores de práticas e saberes escolheram aprofundar a discussão a respeito da Capoeira enquanto bem cultural imaterial.

No primeiro momento os alunos foram levados para sala de vídeo onde foram apresentados ao filme brasileiro “Besouro”, filme que reflete sobre os desafios enfrentados pela Capoeira, mesmo após a Proclamação da República. Além das questões sobre a Capoeira a película fílmica problematiza a perseguição sofrida pelos candomblecistas no Brasil das primeiras décadas do século XX.

Nas semanas seguintes os alunos pesquisaram, produziram e apresentaram considerações a respeito da Capoeira enquanto prática cultural representativa da brasilidade.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

Abaixo foto dos alunos do 8º ano 'B' com seus trabalhos:

FOTOGRAFIAS 2 e 3



Alunos e Alunas do 8º ano, Turma 'B', História – 2016. Arquivo Pessoal



Alunos e Alunas do 8º ano, Turma 'B', História – 2016. Arquivo Pessoal



REFERÊNCIAS

BRAGA, Emanuel; SARMENTO, André & NÓBREGA, Saulo de Tarso G. da. **O início do processo de salvaguarda da Capoeira na Paraíba.** JORNAL CASA DO PATRIMÔNIO Edição 5- Casa do Patrimônio da Paraíba. - Ano 2016

BRASIL. **Direitos humanos de crianças e adolescentes** – 20 anos do Estatuto. Brasília, D.F.: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial: inventário participativo.** Manual de Aplicação. Texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília – DF, 2016.

BOURSCHEIDT, Luís. **Pesquisa-ação: Uma Alternativa para a Pesquisa em Educação Musical no Brasil.** 2007. Disponível em <
http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_L_Boursheidt.pdf Acesso em Maio de 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: Editora da ENESP, 1992

Plano Municipal de Educação de João Pessoa
<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/dadospublicos/wpontent/uploads/2015/07/PME-10-06-15-2.pdf>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula – uma introdução aos estudos culturais em educação.** 11 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Organização, Átila Bezerra Tolentino... [et al.], - João Pessoa: IPHAN, 2014